

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9104 | Salvador, quinta-feira, 12.06.2025

Presidente em exercício Elder Perez



SINDICATO

AL entra no movimento

Altamente positiva a reunião de ontem com a presidente da Assembleia Legislativa da

Bahia. A deputada Ivana Bastos (PSD) prometeu apoio à luta do Sindicato e da Federação contra

o fechamento de agências, inclusive com a realização de uma audiência pública. Página 3



Diretores do Sindicato e da Federação com a presidente da AL, Ivana Bastos. Reunião produtiva

O Brasil que pune as mulheres

Página 2

A casa-grande de portas abertas

Página 4

Na mira do sistema

O reacionarismo afunda o Brasil em uma crise que pune o gênero feminino

CAMILLY OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O RECORDE de feminicídios em 2024 escancara o que setores conservadores tentam esconder. O Brasil mergulhou em uma crise moral que pune mulheres por existirem. Quatro assassinatos por dia não são coincidência, mas resultado direto de um projeto político que desmonta políticas públicas, sabota direitos e legitima a violência com discursos antiquados travestidos de valores familiares.

Os dados do Mapa da Violência, divulgados pelo Ministério da Justiça nesta semana, mostram o pior cenário já registrado: 1.459 mulheres mortas pelo simples fato de serem mulheres. Apenas por isto.

A Região Centro-Oeste lidera o ranking, com taxa de 1,87 feminicídios por 100 mil. A explosão dos estupros

também revela o descaso, foram 83.114 casos, ano passado, 86% contra mulheres. A desigualdade não é colateral, mas estratégica.

A escalada não nasce no vácuo, mas de anos de cortes em políticas de igualdade, ataques às redes de acolhimento e avanço de uma mentalidade que tenta devolver as mulheres à submissão. Como ocorreu no governo Bolsonaro de forma intensa.

O feminicídio virou retrato fiel de um país que se recusa a enfrentar seus próprios monstros e prefere culpabilizar as vítimas.



Dos 83.114 casos de estupro no Brasil, 86% foram contra mulheres

A maternidade abandonada

NO BRASIL, onde a desigualdade de gênero, raça e classe estão entrelaçados com crueldade, ser mãe solo é carregar nas costas não apenas os filhos, mas um sistema inteiro que empurra as mulheres para a invisibilidade e o abuso.

Mais de 40% já sofreram desrespeito ou violência no ambiente de trabalho, e não é mero acaso, mas parte da estrutura machista do mercado, que ignora o fato de que cuidar da vida também é trabalho. O problema não é falta de competência, mas sim excesso de opressão.

Quase 43% das mães solo relatam abusos no trabalho, contra 37% das que não estão nesta condição. Mais da metade admite aceitar situações inaceitáveis. Não há margem para escolha quando o salário paga a comida, a creche e o aluguel. Quem julga as mulheres por “aceitarem” o abuso, fecha os olhos para o sistema que as obriga ao silêncio. É chantagem social travestida de meritocracia.

Segundo o Censo 2022, mais de 10,3 milhões de lares no Brasil são comandados por mulheres sozinhas com filhos, e 78% destas mães são negras. O recorte racial escancara uma realidade perversa de que a maternidade solo no Brasil tem cor e classe. E não é coincidência que justamente estas mulheres estejam entre as mais pobres do país, com 72% vivendo abaixo da linha da pobreza, quando são pretas ou pardas. O que chamam de “resiliência” é, na verdade, abandono estatal.



Mãe solo, uma realidade que penaliza as mulheres

O poder que exclui e discrimina

A **NOVA** edição do Panorama Mulheres 2025 escancara a exclusão feminina no comando das empresas brasileiras. Em 310 organizações avaliadas, apenas 17,4% têm mulheres como presidentes, patamar estagnado há anos. Nos conselhos, o cenário é ainda pior: 17,1%. O acesso ao poder econômico e decisório permanece blindado,

reflexo do patriarcado estrutural.

A desigualdade piora com recortes sociais: mulheres negras, indígenas e com deficiência praticamente desaparecem das lideranças. Apenas oito empresas registram mulheres com deficiência em cargos altos. Nas vice-presidências, a presença feminina despencou de 34% em 2022 para 20% em 2024.

Enquanto isto, quase 60% das companhias não contam com nenhuma vice-presidente. A liderança segue como um funil cada vez mais estreito para as mulheres, confinadas a setores como RH (Recursos Humanos) e Comunicação, enquanto finanças e operações continuam sob domínio masculino.

Os obstáculos vão além do acesso. Mães enfrentam o preconceito disfarçado de dúvidas sobre produtividade, mulheres com deficiência lidam com invisibilidade e falta de acessibilidade real.



Mulheres são minoria no comando das empresas

Reunião produtiva na AL

FOTOS: MANOEL PORTO

Assembleia na luta contra fechamento de agências bancárias

ROGACIANO MEDEIROS
imprensa@bancariosbahia.org.br

O RESULTADO da reunião das direções do Sindicato e da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, no final da tarde ontem, com a presidente da Assembleia Legislativa pode ser considerado positivo e animador. A audiência foi conseguida por intermédio do deputado Bobô (PCdoB).

A deputada Ivana Bastos (PSD) se mostrou interessada e preocupada com a onda de fe-

chamento de agências, que tem deixado órfãos dos serviços bancários bairros, municípios e regiões, disse que o problema já acendeu o alerta da Assembleia Legislativa e inclusive se comprometeu em realizar uma audiência pública, com indicativo de data para 12 de agosto.

A questão é grave. A política adotada pelo sistema financeiro de fechar unidades, posta em prática principalmente por Itaú, Bradesco e Santander, além de gerar demissão em massa na categoria, tem causado sérios prejuízos para grande parcela da população, especialmente do interior, e também para o comércio. Uma tragédia.



Presidente da Assembleia, Ivana Bastos, promete audiência pública para agosto

O assunto, ainda ontem, foi objeto de audiência que o Sindicato e a Federação mantiveram com o secretário de Trabalho e Emprego da Bahia, Augusto Vasconcelos.



Diretora da Federação, Luciano Dória (D), em reunião da COE com a direção do Itaú

COE Itaú cobra fim do fechamento de agências

EM REUNIÃO realizada na terça-feira à tarde, a COE (Comissão de Organização dos Empregados) cobrou mais uma vez da direção do Itaú o fim da política de fechamento de agências, um dos grandes problemas que tanto têm afetado a categoria e a sociedade, pois provocam demissões, deixam bairros, municípios e regiões sem qualquer serviço bancário. Uma tremenda irresponsabilidade social do sistema financeiro, disparadamente o mais lucrativo da economia brasileira.

O banco relutou em se comprometer a suspender os fechamentos, embora, depois de muita insistência, tenha prometido debater os casos que a COE apresente nas próximas reuniões. Somente no ano passado, apesar do fabuloso lucro de R\$ 41,9 bilhões, o Itaú, em nível nacional,

encerrou as atividades de 219 unidades e demitiu 7.721 funcionários.

Conforme a comissão dos empregados, apenas nos últimos meses 120 agências fecharam as portas e mais 55 terão o mesmo destino em todo o país, até o final de agosto, incluindo as do Brotas Center, do Cabula e do Imbuí, todas em Salvador.

O fechamento de agências é uma política irresponsável posta em prática pelo sistema financeiro.

Na reunião com a direção do Itaú, a COE debateu ainda CCV (Comissão de Conciliação Voluntária), banco de horas, programa Gera, segurança nos espaços de negócios, segmento Smart Pro e Personalité. A diretora da Federação da Bahia e Sergipe, Luciana Dória, participou da negociação.

Aumento de queixas sobre o consignado

OS DADOS da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) reforçam que é preciso mais rigor das empresas do sistema financeiro no combate às fraudes contra os cidadãos, que pagam taxas e tarifas caras pelos serviços bancários. As queixas sobre crédito consignado subiram 61% nos primeiros quatro meses de 2025 em relação a igual período de 2024.

Os registros na plataforma consumidor.gov.br subiram de 3.216 para 4.504. As reclamações envolvem bancos, financeiras e administradoras de cartão de crédito. Também aumentou a quantidade de queixas, de 3.216 para 4.505, relacionadas à cobrança por serviços ou produtos não contratados.

A principal insatisfação é a não entrega de contratos, com 5.838 denúncias, seguida de problemas com o cálculo de juros e saldo devedor (2.645) e dificuldades para obter boletos de quitação ou informações sobre cálculos (2.347).



Consignado: sofrência e dor de cabeça para quem contrai

O Brasil ainda não aboliu a casa-grande

Informalidade expõe racismo estrutural na sociedade brasileira

CAMILLY OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

APENAS uma em cada quatro trabalhadoras domésticas no Brasil tem carteira assinada. O restante vive sem direitos, amparo ou garantias, mesmo sendo responsáveis por milhares de lares. Este dado diz mais sobre a estrutura social brasileira do que qualquer discurso sobre meritocracia ou mobilidade.

O modelo de trabalho doméstico no país carrega uma herança que nunca foi enterada. O Brasil foi o último das Américas a abolir a escravidão, mas segue naturalizando a lógica da servidão dentro de casa. O desprezo pelas leis trabalhistas neste setor não é coincidência, mas resultado do pacto silencioso entre elite, omissão estatal e racismo estrutural. Regiões como o Nordeste expõem ainda mais este abismo, com menos de 10% das trabalhadoras formalizadas.

A falta de registro retira acesso à aposentadoria, licença, férias, dignidade. Ao deixar estas mulheres na informalidade, o país institucionaliza a desigualdade. A cada dia sem mudança, só naturaliza a ideia de que algumas vidas importam menos, especialmente as que entram pela porta dos fundos casa-grande.



O racismo estrutural ainda persiste no Brasil



SAQUE

Rogaciano Medeiros

SAIU PIOR Embora os bolsonaristas já estejam usando as redes sociais com *fake news* produzidas pela milícia virtual para animar os teleguiados, com postagens sobre o “bom desempenho” do ex-presidente, o que só eles viram, a realidade é que Bolsonaro, do ponto de vista técnico e legal, saiu do interrogatório no STF em situação mais complicada do que entrou. Um erro atrás do outro.

FOI ESTUPIDEZ O interrogatório de Bolsonaro, mais esperado entre os oito réus do núcleo crucial da trama golpista, expôs a estupidez do ex-presidente que, sem ter como se defender das provas contundentes, procurou tergiversar. Respondeu perguntas sobre graves acusações, alegando ser do “meu temperamento”, como se isto pudesse justificar os crimes cometidos. Era melhor se calar.

QUE TRISTEZA A insensatez demonstrada durante o interrogatório no STF reafirma a completa irresponsabilidade política, legal e social de Bolsonaro. Além da peculiar covardia, recorreu a brincadeiras impróprias para um caso tão sério. Chegou a convidar Moraes para ser vice dele em 2026. O ministro declinou, óbvio. Triste saber que um homem deste chegou à presidência da República.

MENOS COVARDE Evidentemente, a estratégia adotada não o livra da responsabilidade legal, mas dos réus interrogados no STF, o ex-ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, foi o menos covarde. Reconheceu o crime cometido ao embarcar na aventura golpista de Bolsonaro e pediu desculpas publicamente. Os demais se afrouxaram, negaram tudo, mas as provas os incriminam.

LEMBRA LULA A inabilitação político-eleitoral de Cristina Kirchner pela suprema corte argentina, em decisão controversa e de frágil sustentação legal, o que facilita a continuidade da extrema direita no poder, reproduz o golpe de 2018 no Brasil, com aval do STF, ao tirar Lula da disputa para permitir a vitória de Bolsonaro, que levou o país ao caos e quase à ditadura. A história se repete.

Trabalho infantil: 6 mil resgates em 2 anos

MAIS de 6 mil crianças e adolescentes foram resgatados do trabalho infantil no Brasil, nos últimos dois anos, segundo levantamento do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), muitos submetidos às piores formas de exploração.

São dados que envergonham qualquer país que se diga civilizado. Enquanto parte da sociedade finge não ver, meninos e meninas seguem arrancados da infância e lançados à lógica cruel do lucro sobre a vida.

A violação não se resume ao momento da exploração. O pacto atravessa gerações, aprofunda desigualdades, sabota o



Trabalho infantil, uma tragédia estimulada pela usura do capital, com o aval da mídia corporativa e da negligência do Estado

futuro. Crianças afastadas da escola, sem tempo para brincar, sem direito de sonhar, tornam-se adultos marcados por traumas, baixa escolaridade e salários miseráveis.

A realidade escancara a urgência de políticas públicas firmes e da responsabilização de quem explora. Quem naturaliza o trabalho infantil legitima a barbárie. Criança não trabalha, mas vive, aprende e brinca. Qualquer coisa diferente disto é crime, e deve ser tratado como tal.